

OS INDÍGENAS NO SÉCULO XIX: A SELVAGERIA NOS (DOS) DISCURSOS OFICIAIS (1850-1880)

Jackson Alexsandro Peres¹

Ana Lúcia Vulfe Nötzold²

1. INTRODUÇÃO

A selvageria nos discursos oficiais ou a selvageria dos discursos oficiais? O título que possui duplo sentido sintetiza o ponto fundamental que pretendemos levantar neste artigo. Vamos estudar o sujeito histórico indígena no século XIX na Província de Santa Catarina através dos documentos oficiais referentes à ordem pública, ou seja, documentos ligados a acontecimentos policiais. Para o período que vamos estudar, selecionamos as **Correspondências do Presidente da província para os Chefes de Polícia, Relatórios de Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da Província e Ofícios do Chefe de Polícia para o Presidente da Província**, que em grande número apresentam informações sobre os indígenas. Por se tratar de um artigo, a utilização dessas fontes será limitada. Esses documentos se encontram no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e como a linguagem do século XIX apresenta variações gráficas e pontuais, os textos serão citados de acordo com a grafia atual das palavras, para facilitar o entendimento do texto.

Optamos pelo recorte temporal à partir de 1850, pois, com a política de incentivo à imigração baseada nas idéias positivistas de ordem e progresso, foi editada a Lei Imperial N. 601 de 18 de setembro de 1850, a Lei de Terras, regulamentada pelo Decreto nº 1318 de 1854, (Nötzold, 1999, p.19) que dispõe sobre as terras devolutas do império. A partir daí se intensifica a imigração européia em toda a província, principalmente no Vale do Itajaí e região próxima, onde foi fundada já em 1850 a Colônia Blumenau.

Os indígenas eram apócrifos, ou seja, não possuíam o domínio da escrita.

¹ Acadêmico do Curso de Bacharelado e Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista do Laboratório de História Indígena – LABHIN. Email: jacksonperes@ig.com.br

² Etnohistoriadora, Coordenadora do Laboratório de História Indígena - LABHIN da Universidade Federal de Santa Catarina. Email: anotzold@cfh.ufsc.br

Consequentemente, não existem documentos nos quais o indígena tenha deixado suas impressões ou mesmo sua versão dos acontecimentos decorrentes do contato entre eles (os indígenas) e os outros (os imigrantes). Sendo assim, toda a documentação que iremos trabalhar trata do indígena sob o ponto de vista do colono. Esta documentação está inserida dentro de um contexto histórico que necessariamente precisa ser abordado para que a análise da documentação adquira sentido.

Para que possamos desenvolver um trabalho consistente, o artigo será calçado em três bases. A primeira procura dar conta da apresentação do indígena como sujeito histórico através de publicações científicas que abordam o tema. A segunda base será a pesquisa empírica dos documentos relacionados a ordem pública, que já foram apresentados. Por fim, a teoria utilizada para o estudo desses documentos, que iremos tratar de agora em diante como *discursos* representa a terceira base do artigo e constitui-se na **Análise do Discurso** que, “em vez de proceder a uma análise lingüística do texto em si ou a uma análise sociológica ou psicológica de seu contexto, visa a articular sua enunciação sobre um certo lugar social” (Maingueneau, 1998, p.13).

2. OS INDÍENAS COMO SUJEITOS HISTÓRICOS

Assim como em todo o território nacional, Santa Catarina à época da colonização era habitada, e ainda é, por povos indígenas de pelo menos três etnias: Botocudo, Coroado e Guarani³, que por aqui perambulavam e retiravam aquilo que necessitavam para sua sobrevivência. O termo “perambulavam” é utilizado pelo fato dos indígenas de Santa Catarina serem caçadores-coletores, movendo-se sazonalmente, de acordo com as estações. Concentraremos nossos estudos nos Xokleng, que mais fortemente aparecem nos discursos analisados e que devido ao seu território histórico, tiveram um maior contato com o imigrantes no período estudado.

Os Xokleng perambulavam por um território relativamente amplo e diversificado, que abrange desde a região de Mata Atlântica, entre o litoral e os contrafortes do planalto sul-brasileiro até áreas do Planalto caracterizadas pela

³ Hoje chamados de Xokleng, Kaingáng e Guarani, respectivamente.

presença de Araucárias. A área está mais ou menos limitada entre o Rio Iguaçu, no Paraná, ao Norte, e a Mata Atlântica nas proximidades de Torres, no Rio Grande do Sul, ao Sul. A Leste pela vegetação costeira e a Oeste pelos campos, próximos de Lages. O território tem como característica a diversidade ambiental, influenciando na grande quantidade de fauna e flora, além de possuir bacias hidrográficas de pequeno porte.

Os Xokleng integram o grupo lingüístico Jê, mas é importante lembrar que assim como os demais indígenas do Brasil, os Xokleng constituíam um povo apócrifo, ou seja, não utilizavam a escrita. Sendo sua cultura transmitida através da tradição oral, o trabalho de resgate histórico se dá através do auxílio da Arqueologia, da Antropologia e da Etnohistória, “disciplina que está recentemente se constituindo no Brasil. Aborda a história indígena a partir da documentação escrita bem como a partir de tradições orais, procurando reconstituir a visão de mundo indígena na sua diversidade, servindo-se da história oral, documental, mitológica e lingüística” (Nötzold, 2004, p. 02).

O nomadismo era uma característica essencial dos Xokleng. Perambulavam pelo território descrito de maneira estacional, ou seja, se locomoviam conforme a estação do ano na busca de melhores frutos e caças. A caça era atividade essencialmente masculina, ficando a coleta ao encargo das mulheres do grupo. Os grupos eram constituídos de poucos indivíduos. A divisão do trabalho garantia o sustento do grupo, entretanto, durante a coleta do pinhão, tanto homens quanto mulheres faziam a coleta, já que o pinhão era o alimento principal dos Xokleng, sendo em muitos casos armazenado em cestas enceradas. Quando a região fornecia alimentação suficiente para o grupo, construíam um acampamento. Durante a coleta do pinhão os acampamentos se mantinham por mais tempo, “podendo permanecer instalados em um mesmo local por até três meses” (Canal, 2001, p.29).

Dentro da cultura Xokleng, três são os principais momentos na vida de um indivíduo: o nascimento, a perfuração dos lábios e a morte. Momentos estes repletos de significação e rituais de passagens.

No ritual do nascimento, as crianças Xokleng eram inseridas no grupo em que viviam. Nesse ritual, o tio por parte de mãe é a figura mais importante. Já no ritual da perfuração dos lábios para implementação dos *tembetás* as mulheres mais velhas ocupavam esse papel (Canal, 2001, p.32).

O ritual da perfuração dos lábios era o mais importante dentro da tradição Xokleng.

A festa de perfuração dos lábios dos meninos para a inserção do botoque e tatuagem na perna das meninas, era ritual mais importante para os Xokleng já que era responsável por reunir maior parte do grupo. (Vieira, 2003, p.27)

Devido à esse ornamento, o *botoque*, os Xokleng também são conhecidos como Botocudo. Este ritual constitui a cerimônia mais elaborada. Os Xokleng adornavam seus corpos e ingeriam uma bebida especialmente preparada para o ritual, o *Móng-ma*⁴.

O ritual de sepultamento ocorria com a colaboração dos parentes do membro que falecera. Eles quebravam os arcos e as flechas que pertenciam ao morto e colocavam ao seu lado. Logo, cobriam o corpo com madeira até a pilha alcançar a altura de um homem. Em seguida ateavam fogo, recolhendo o resto dos ossos para enterrá-los em cestas forradas com folhas de xaxim.

Todo esse ritual era acompanhado pelo som dos chocalhos. Estes eram balançados pelas mulheres durante o ritual da morte e da perfuração dos lábios.

Ainda dentro das tradições culturais dos Xokleng, está a utilização de artefatos para carregar ou para preparar os alimentos. Estes artefatos constituem-se de cestas de palha, de cerâmicas e instrumentos de madeira e pedra polida.

3. O CONTATO DOS DIFERENTES: DISCURSOS E AÇÕES

No século XIX, mais intensamente à partir da segunda metade, os imigrantes europeus começam a chegar e a tomar posse de terras em territórios da Província de Santa Catarina. Estavam inseridos numa política que pretendia europeizar e branquear a população além de contarem com o amparo da Lei de Terras, que lhes dava direitos sobre as terras mediante a compra das mesmas. Além disso, o governo estava preocupado em povoar as áreas até então “desocupadas” do império, e isso consistia em mais um fator em prol da imigração.

Com o aumento da população estrangeira, o contato entre indígenas e não indígenas também se intensificou, iniciando um longo período de hostilização

⁴ Bebida fermentada produzida a partir de mel, água, seiva de xaxim e palmáceas. (Vieira, 2003, p.27)

entre os diferentes. Hostilização que muitas vezes resultou em enfrentamentos.

Nos enfrentamentos os imigrantes em vantagem, utilizavam armas de fogo e ferro, além do poder de pulverizar entre a população através de seus discursos, uma imagem de um indígena selvagem, incivilizado. Nos discursos, utilizava-se o poder da palavra para se ensinar a população a temê-los. Ensinar conforme Foucault: “é um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra (...); senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes?” (Foucault, 1996, pp.44-45). Ou seja, pregava-se através do poder do discurso uma imagem do indígena a qual era necessária e apropriada naquele momento.

Em vista da preocupação e do medo que os imigrantes estavam sentindo, procurou-se mecanismos para defender os colonos dos indígenas. Sendo assim “preocupado com a colonização das terras localizadas entre o litoral e o planalto e pressionado pelos reclamos dos civilizados que estavam interessados em penetrar no sertão, o governo criou em 1836 a Companhia de Pedestres, através da Lei n.º 28, de 25 de abril” (Santos, 1973, pp.67-68).

Em 1856 a Companhia de Pedestres contava com 70 homens, que tinham como função proteger os moradores dos assaltos⁵ dos indígenas. Porém, como os assaltos continuaram ocorrendo e como a Cia de Pedestres não estava obtendo os resultados esperados, o governo decide dissolvê-la em agosto de 1879, alegando ser por medida de economia.

Um pouco antes de se dissolver a Companhia de Pedestres, porém, tentou-se de uma forma pacífica, em 1868, catequizar os indígenas com os Padres Capuchinhos, Virgílio Amplar e Estevam de Vicenza. A catequese era também sinônimo de civilidade e com isso o Governo Provincial queria abrandar a repercussão negativa com que a violência contra os Xokleng começava a ser vista. Essa repercussão, no entanto, era mínima. O indígena continuava representando, oficialmente, um obstáculo para o desenvolvimento da Província e das colônias. Os resultados dessa tentativa de catequização também não foram satisfatórios, “a medida que as frentes de colonização avançavam, aumentavam os embates entre indígenas e colonos” (Nötzold, 1999, p.24). Assim, só se

⁵ Assalto: esse termo foi utilizado genericamente pelos colonos para nomear o contato com indígenas no qual estes buscavam alimentos onde os colonos estavam estabelecidos. Esses assaltos muitas vezes resultavam em atitudes hostis entre colonos e indígenas, narrados pelos colonos de forma a tornar os indígenas superperigosos.

voltou a falar de catequização quando já em 1910 o Brasil entra em discussão sobre a questão indígena, antecedendo a criação do órgão governamental de proteção ao indígena.

Sendo que os enfrentamentos continuavam, e como a Companhia de Pedestres mostrou-se insuficiente para pôr um fim aos assaltos dos indígenas, as administrações das colônias montaram um novo esquema de proteção. Eles estavam apoiados nos relatórios dos Chefes e Delegados de Polícia que enfatizavam o medo dos moradores das colônias, como por exemplo, neste ofício de um Delegado de Polícia do Termo de São Francisco (do Sul) para o Chefe de Polícia da Província, em fevereiro de 1866:

Soube por cartas particulares e pelo ofício do subdelegado de vinte e quatro, que os bugres estão não só destemidos como que avançaram para as imediações das casas dos moradores, que se vêm na necessidade de à noite recolherem umas poucas de famílias em uma só casa por não se contarem seguros, querendo alguns mudarem de lugar, abandonando as casa e lavouras.⁶

Esse novo esquema de proteção contou com os auspícios do Governo Provincial e constituía da organização de um grupo, denominado Batedores de Mato, destinado a tomar as medidas necessárias a pacificar os silvícolas ou, pelo menos, mantê-los afastados dos locais onde os colonos estavam assentados. Na verdade tratava-se de um grupo ligado à Companhia de Pedestres e que seguiu mesmo depois desta ser dissolvida, mas contava com uma organização mais dinâmica (Santos: 1973, p.70). Quanto ao medo dos colonos, podemos refletir um pouco. Este é legítimo pelo fato de faltar-lhes conhecimento sobre os indígenas, sobre seus hábitos, sua língua. No entanto, pouco ou quase nada se fez, como já vimos, para se tentar compreender melhor a cultura dos indígenas. Assim o medo do desconhecido aumentava na medida que se intensificavam os contatos e enfrentamentos. Os colonos sentiam medo pelo fatos vivenciados. Os fatos eram então divulgados nos meios oficiais de maneira a torná-los ainda mais violentos, procurando sempre nos discursos silenciar o indígena, já que

⁶ Ofício do Delegado de Polícia do Termos de São Francisco para o Chefe de Polícia da Província em 26 de fevereiro de 1866. Livro: **Ofícios do Chefe de Polícia e Juizes de Direito para o Presidente da Província, 1866** V1 s/p.

“(…)todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer”(Orlandi, 1997, p.11). Ou seja, não se questiona em nenhum momento o porquê dos indígenas agirem deste modo, apenas diziam, ou melhor, escreviam aquilo que no contexto⁷ parecia apropriado. No mesmo ofício já apresentado, podemos ter uma idéia de como eram relatados os fatos protagonizados pelos indígenas.

No dia vinte deste mês, teve notícia com a chegada a esta cidade do juiz de direito interino da Comarca Doutor Joaquim Antonio da Silva Rarata, que no antecedente ao amanhecer, os bugres fizeram cinco mortes e feriram gravemente a uma mulher, que alguns moradores armaram-se e entraram no mato em perseguição dos gentios que tinham também roubado o que puderam.⁸

O medo então aumenta como uma bola de neve. Primeiro pelo fato ocorrido, depois o modo de como é relatado. Daí as notícias se espalham e aumenta a apreensão dos moradores das colônias. Nos perguntamos então o que causa mais medo? O fato de saber da presença de indígenas ou o conhecimento dos discursos referidos à esta presença? As pessoas em geral não tinham acesso aos documentos oficiais que apresentamos acima, porém, as notícias sobre o aparecimento de indígenas nas colônias também fazia parte das notícias de jornais, e a selvageria nos (dos) discursos seguia os mesmos padrões. Sobre os assaltos praticados pelos indígenas, e para exemplificar a apropriação do *discurso*, na imprensa, segue algumas notícias publicadas no *Blumenauer Zeitung*, periódico que circulou em Blumenau no séc. XIX. Estas notícias foram publicadas em artigo na revista Blumenau em Cadernos:

Semana passada a população local foi surpreendida com a notícia de que os bugres assaltaram no Ribeirão das Lontras as propriedades de 2 italianos, matando-os. (N.º 40, 3 de outubro de 1885).

⁷ A análise do discurso relaciona seus enunciados com seus contextos, ou seja, no que diz respeito aos participantes faz-se uma distinção entre os indivíduos sociais e o papel que representam: escritor, vendedor, aluno; leva também em consideração o quadro espaço-temporal, além do mais importante que é o objetivo do discurso (Maingueneau, 1998, pp. 33-35).

⁸ Ofício do Delegado de Polícia do Termo de São Francisco para o Chefe de Polícia da Província em 26 de fevereiro de 1866. Livro: **Ofícios do Chefe de Polícia e Juizes de Direito para o Presidente da Província, 1866** V1 s/p.

Na última semana os bugres foram vistos novamente em diversas localidades de nossa colônia (...). Recomendamos aos colonos a máxima vigilância e precaução, como também terem sempre suas armas em ordem e a mão, para, em caso de necessidade, poderem defender suas vidas e bens contra os assaltos dos bugres. (N.º 45, 7 de novembro de 1885).

Novamente apareceram os bugres e justamente no mesmo local onde mataram, há pouco tempo, o colono Junge, que estava ocupado com a derrubada de madeira no mato. (N.º 16, 17 de abril de 1886).⁹

Vadios, assassinos, ladrões são exemplos dos estereótipos utilizados nos discursos oficiais para dar maior legitimidade aos Batedores de Mato. Note-se que em nenhum momento o periódico abriu espaço para informar os motivos pelos quais os indígenas se comportavam daquela maneira. É incontestável o fato de que com a expansão das frentes colonizadoras, ficava cada vez mais difícil para o indígena conseguir alimentos, seja caça ou coleta. Note que neste ofício à seguir, que está relacionado com o fato descrito no ofício anterior, o Subdelegado de Polícia idealiza as precauções a serem tomadas na região:

(...) Sobre as providências que V. S^a pergunta, é preciso para no socorro deste Distrito, é muita necessidade criar-se aqui um destacamento de pessoas escolhidas desta Freguesia, para vigiar constantemente os mattos e socorrer quando preciso for, providenciando V. S^a para que eles tenham armamento próprio e munição e etape (...).¹⁰

A principal figura entre os Batedores de Matos, também chamados *bugreiros*, segundo as fontes consultadas, foi Martinho Marcelino de Jesus, conhecido por Martinho Bugreiro. “Martinho foi responsável por grande parte do extermínio de grande parte da população indígena” (Nötzold, 1999, p.26).

Esses foram os fatos e os discursos proferidos pelos órgãos oficiais no

⁹ S|A. Blumenau em Cadernos. Tomo XVIII – Nº 3. Blumenau, março de 1977.

¹⁰ Ofício do Subdelegado de Polícia da Freguesia de Barra Velha para o Delegado do termo de São Francisco em 24 de Fevereiro de 1866. Livro: **Ofícios do Chefe de Polícia e Juizes de Direito para o Presidente da Província, 1866** VI s/p.

período que estamos estudando. As fontes nos mostram que a hostilização entre colonos e indígenas e a apropriação do discurso para defender e legitimar a ação dos bugreiros atravessa o século e começa a diminuir somente na década de 10, quando em 1914 Eduardo de Lima e Silva Hoerhann realiza a atração e a pacificação dos indígenas, e posteriormente a aldeamento no Posto Indígena Duque de Caxias que mais tarde foi designada Terra Indígena Ibirama, porém, deixaremos esse assunto para estudos posteriores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito se teria a escrever sobre a “pacificação” dos indígenas e também um pouco de sua história no século XX. Porém, fato do texto estar formado como um artigo, limita uma extensão e o desmembramento maior de informações. Por isso concentramos as fontes e o texto apenas na Análise dos discursos e no período que no propomos a estudar. As fontes apresentadas representam uma porcentagem mínima daquelas que tivemos acesso. No entanto, elas trazem no seu teor aquilo que pretendíamos com a ambigüidade do título, uma discussão entre a selvageria nos ou a selvageria dos discursos oficiais. Através do contexto (nota 7) é possível entender como funciona a apropriação do discurso e assim termos uma idéia de como a palavra e a escrita podem ser poderosas quando utilizadas com objetivos específicos.

Percebemos que as fontes utilizadas foram suficientes para dar legitimidade ao texto. A utilização de mais fontes deixaria o leitor com a sensação de estar lendo sempre o mesmo relatório, apenas com variações no número de mortos, no de assaltados ou no número de indígenas que atacaram as fazendas. Por conta dessa análise do discurso, podemos imaginar que se os indígenas fizessem uso da escrita, teríamos outras versões dos acontecimentos, o que possibilitaria a análise dos fatos sobre outras perspectivas. Infelizmente isso não é possível, e sua história, pelo menos a do século XIX, terá de ser contata com o auxílio das ferramentas apresentadas na introdução.

É importante lembrar que não podemos imaginar que somente esses acontecimentos decorridos pelo encontro entre colonos e os indígenas possam, por si só, caracterizar o processo de colonização do Estado. Também não podemos caracterizar os colonos apenas como assassinos de indígenas, já que o processo de colonização envolve muitos outros fatores, sendo que alguns deles não foram favoráveis aos colonos.

Apesar de termos consciência das situações vividas pelos colonos nos primeiras décadas da colonização do Estado, concluímos que os discursos que narraram os acontecimentos entre indígenas e colonos foram responsáveis por aumentar o medo da população, por dar maior legitimidade aos atos contra os indígenas e por silenciar o ser indígena já que “a política do silêncio se define pelo fato que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (Orlandi, 1997, p. 75). No entanto é essa nossa conclusão. Deixamos para os leitores que reflitam e tirem as suas.

5. FONTES E BIBLIOGRAFIAS

CANAL, É. C. **As Fainas do Contato. Trajetórias do Contato entre os Xokleng e seus oponentes (Província de Santa Catarina 1850-1900).** Trabalho de Conclusão de Curso. UFSC: Florianópolis, 2001.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MAINGUENEAU, D. **Termos Chaves da análise do discurso.** Tradução Márcio Venício Barbosa, Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

NÖTZOLD, A. L. V. (org.) **O ciclo de vida Kaingáng.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

NÖTZOLD, A. L. V.; VIEIRA, E. E. *A ocupação do espaço.* In: KLUG, J.; DIRKSEN, V (orgs). **Rio do Sul, uma história.** Rio do Sul: Ed. Da UFSC, 1999.

Ofício do Delegado de Polícia do Termo de São Francisco para o Chefe de Polícia da Província em 26 de fevereiro de 1866. Livro: **Ofícios do Chefe de Polícia e Juizes de Direito para o Presidente da Província, 1866** V1 s/p.

Ofício do Subdelegado de Polícia da Freguesia de Barra Velha para o Delegado do termo de São Francisco em 24 de Fevereiro de 1866. Livro: **Ofícios do Chefe de Polícia e Juizes de Direito para o Presidente da Província, 1866** V1 s/p.

ORLANDI, E. P. **As Formas do Silêncio. No Movimento dos Sentidos.** São Paulo, UNICAMP, 4ª edição, 1997.

S|A. **Blumenau em Cadernos.** Tomo XVIII – Nº 3. Blumenau, março de 1977.

SANTOS, S. C. Índios e Brancos no Sul do Brasil – a dramática experiência dos Xokleng. Porto Alegre: Movimento; Brasília: Minc/Pró-Memória/INL, 1987.

VIEIRA, E. E. Simbolismo e reelaboração na cultura material Xokleng. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.